

Superávit fiscal não compensa efeito da alta do dólar e dos juros na dívida

economia, Brasil

Receitas extras garantiram resultado, mas governo deve R\$ 25 bi a mais

Arquivo

147
Vivian Oswald

● **BRASÍLIA.** Os bons resultados das contas públicas nos primeiros cinco meses do ano não estão sendo recebidos como um sinal de tranquilidade por analistas e economistas. Mais de 74% dos sucessivos saldos positivos nas contas fiscais do governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS), que já somam R\$ 16,8 bilhões de janeiro a maio deste ano, vêm de receitas extraordinárias, que não estão na lista dos recursos líquidos e certos que o governo federal recebe todos os meses. Entre elas, *royalties* de petróleo, dividendos das empresas estatais — principalmente da Petrobras — e concessões da telefonia.

Receita extra não cobriu impacto do dólar e dos juros

O momento é de grande preocupação, segundo o ex-diretor do Banco Central Carlos Thadeu de Freitas. Isto porque nem mesmo essas receitas extraordinárias foram suficientes para cobrir o salto que a dívida pública deu nos últimos cinco meses por conta da desvalorização do dólar e da alta dos juros.

— A dívida cambial passou de 21% do total para 27%. Não tem receita que pague isso. O governo vive um dilema — diz Carlos Thadeu.

Embora o superávit primário (saldo positivo de receitas menos despesas do governo central, sem levar em consideração o pagamento de juros da dívida) tenha chegado a R\$ 16,8 bilhões de janeiro a maio, a dívida da União bateu a casa dos R\$ 258,7 bilhões e já cresceu nada menos que R\$ 25 bilhões no mesmo período. Mesmo tendo sido o superávit maior do que a meta prometida pelo governo no Orçamento, de R\$ 16,7 bilhões para o período de janeiro a agosto.

Dívida cresce mais rápido do que a arrecadação

Isso quer dizer que, apesar de todo o dinheiro economizado pelo esforço fiscal do governo, as receitas extraordinárias obtidas nos meses passados e outros recursos



CARLOS THADEU de Freitas, ex-diretor do BC: "Momento é de grande preocupação. O governo vive um dilema"

que poderiam ser aplicados em programas de investimento do país estão sendo perdidos para pagar uma dívida que cresce numa velocidade muito superior à da arrecadação.

Por conta disso, o gerente do Departamento Econômico do BNDES, Fábio Giambiagi, acredita que a dívida líquida do setor público deve crescer o equivalente a 4% do Produto Interno Bruto (PIB) este ano. Mas, segundo ele, isso não deve desesperar o governo.

— É preciso ter sangue frio. Não faz sentido fazer um es-

forço ainda maior para obter superávits dessa magnitude, porque não haverá receita para cobrir isso. É preciso ter em mente que a relação dívida/PIB vai fechar o ano acima do que se esperava, inclusive no acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Mas isso não é o fim do mundo — defende Giambiagi.

A estratégia agora, de acordo com o gerente do Departamento Econômico do BNDES, deve ser esperar. Até porque, diz, a pressão sobre o câmbio é temporária (podendo se estender ao ano eleitoral,

quando aumenta a demanda por gastos), e os resultados primários são permanentes.

Próximo governo terá de manter ajuste severo

Fábio Giambiagi alerta que, com o descompasso de 2001, o próximo governo terá de ser austero no ajuste fiscal.

— Em vez de passar a obter superávits primários de cerca de 2% do PIB, como se esperava, o país terá de conviver com resultados positivos próximos a 3% do PIB, como o que vem sendo feito hoje — explicou Giambiagi. ■